



## CAMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

#### PROJETO DE LEI Nº 3.131, DE 2020

Institui multa por confecção e divulgação de notícias falsas (fake news) sobre a pandemia de covid-19.

**Autor:** Deputado RONALDO CARLETTO

**Relator:** Deputado LUIS MIRANDA

#### I - RELATÓRIO

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei nº 3.131, de 2020, de autoria do Deputado Ronaldo Carletto, que institui multa por confecção e divulgação de notícias falsas (fake news) sobre a pandemia de covid-19.

O texto determina que a divulgação de notícias falsas, distorcidas ou descontextualizadas sobre a pandemia do Covid-19, que prejudiquem medidas sanitárias ou coloquem em risco a saúde pública, está sujeita à multa de R\$ 500,00 a R\$ 10.000,00, sem prejuízo de dano material ou moral causados efetivamente a terceiros.

O valor da multa leva em consideração a situação econômica do agente, a repercussão da notícia, o impacto sobre a saúde pública, a habitualidade da conduta, o intuito lucrativo e o proveito patrimonial eventualmente obtido. Ademais, a multa pode ter seu valor triplicado em caso da notícia falsa, de amplo alcance, que incite o descumprimento de medidas sanitárias ou caso seja difundida mediante disseminadores artificiais ou por rede de disseminação artificial, que substitua ou facilite a atividade de disseminação de conteúdos nas aplicações de internet.

A multa será aplicada mediante processo judicial, que seguirá os trâmites da Lei de Ação Civil Pública, Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985,

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luis Miranda

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215385387200>





## CAMARA DOS DEPUTADOS

garantindo-se a ampla defesa e o contraditório e revertendo-se o valor de eventual sanção para o fundo de que trata o art. 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

A proposição foi distribuída para exame de mérito às Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, e de Finanças e Tributação, conforme artigo 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Ademais, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania deve se pronunciar quanto ao mérito e à constitucionalidade e juridicidade da matéria, conforme o artigo 54, do RICD. A matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, e o texto tramita em regime de prioridade (art. 151, II, RICD), e está sujeita à apreciação do Plenário.

Exaurido o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o Relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 3.131, de 2020, de autoria do Deputado Ronaldo Carletto, preocupa-se com o fluxo de informações acerca das medidas sanitárias tomadas por autoridade municipais, estaduais e federais no contexto do combate à pandemia da Covid-19. É consabido que a internet, ao mesmo tempo que possibilita o maior acesso à informação, também permite sejam disseminadas notícias falsas, que podem induzir os cidadãos a erros que lhes podem custar a própria vida ou a de familiares e terceiros.

Um exemplo são as notícias distorcidas sobre a eficácia e o risco das vacinas contra o covid-19, retratando-as como totalmente ineficazes ou mesmo de alto risco para a saúde dos que a tomarem. Sabemos que somente após um programa de vacinação em massa conseguiremos sair do estado de calamidade pública em que estamos, e a livre e impune circulação desse tipo de informação, seja em veículos impressos, seja por meio da internet, causa estragos incalculáveis.





## CAMARA DOS DEPUTADOS

E não são apenas notícias falsas, mas também distorcidas ou descontextualizadas, que apresentam riscos para a efetividade das medidas sanitárias. Narrativas enviesadas e interpretações descabidas contribuem sobremaneira para aumentar o ambiente de insegurança, gerando ansiedade, desinformação e expondo as pessoas a situações de maior risco de contágio.

Por tudo isso, é necessário impor um freio, um desincentivo aos que insistem em espalhar notícias falsas que prejudiquem as orientações das autoridades públicas no combate à pandemia.

Desse modo, entendemos oportuna a presente proposta, que estabelece multa num valor razoável, entre R\$ 500,00 a R\$ 10.000,00, para toda divulgação de notícias falsas, distorcidas ou descontextualizadas relativas à pandemia de covid-19, e que efetivamente prejudiquem as medidas sanitárias de enfrentamento ou coloquem em risco a saúde pública. Note-se que deve haver prejuízo ou risco efetivo.

A multa mantém proporcionalidade com a situação econômica do agente, com a repercussão da notícia, com o impacto sobre a saúde pública, com a reiteração da conduta, o intuito lucrativo e o eventual proveito patrimonial obtido.

Além disso, sabemos que mecanismos artificiais de disseminação de notícias falsas podem causar um estrago enorme, já que direcionam as informações falsas para pessoas potencialmente mais influenciáveis por elas. Por isso, é razoável que o uso de robôs para a disseminação dessas notícias resulte na possibilidade de aplicação de um valor de multa até 3 vezes maior.

Um problema que se vislumbra é o conflito do disposto na proposição em análise com o direito fundamental da liberdade de expressão. Para resguardar esse direito fundamental, não seria viável um mero processo de natureza administrativa, conduzido pela própria administração pública. Para resolver esse problema, acerta a proposição em colocar o Poder Judiciário como o *locus* ideal para, garantidos os direitos de ampla defesa e do contraditório, seja avaliada a existência ou não da violação de que trata o projeto de lei em face da livre expressão.





## CAMARA DOS DEPUTADOS

Por fim, a aplicação da Lei da Ação Civil Pública ao procedimento é adequada, eis que delimita os legitimados para a propositura da ação e estabelece balizas seguras para o trâmite processual.

É, portanto, um projeto meritório, que visa suprir uma evidente lacuna legislativa para o delicado período pandêmico em que nos encontramos,

Diante do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.131, de 2020.

Sala da Comissão, em            de            de 2021.

Deputado LUIS MIRANDA  
Relator

2021-3126



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luis Miranda  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215385387200>

Apresentação: 10/05/2021 16:08 - CCTCI  
PRL 1 CCTCI => PL 3131/2020

PRL n.1



\* C D 2 1 5 3 8 5 3 8 7 2 0 0 \*